

Aula 05 - Profº Márcio Damasceno

*Banco do Brasil (Escriturário - Agente de
Tecnologia e Agente Comercial)
Discursivas Sem Correção - 2023
(Pós-Edital)*

Autor:

Carlos Roberto

14 de Fevereiro de 2023

Segunda rodada de temas	1
Eixo temático 4 – segurança pública	1
Tema 5	1
Abordagem teórica	3
Proposta de solução	9
Eixo temático 5 – trabalho	10
Tema 6	10
Abordagem teórica	11
Proposta de solução	19
Eixo temático 6 – sociedade	20
Tema 7	20
Abordagem teórica	22
Proposta de solução	25
Prática	27

SEGUNDA RODADA DE TEMAS

EIXO TEMÁTICO 4 – SEGURANÇA PÚBLICA

Tema 5

O atual presidente do Brasil expediu um decreto que facilita a posse de armas. O decreto altera o Estatuto do Desarmamento, aprovado em 2003, que limita o acesso a armamentos no Brasil. A principal mudança do decreto é a definição mais flexível de quem tem “efetiva necessidade” de ter uma arma – há o pressuposto



de que as informações prestadas sejam verdadeiras e a Polícia Federal apenas as examina. Outra modificação importante é o aumento do prazo de validade da autorização de posse de cinco para dez anos.

Internet: <www.bbc.com> (com adaptações).

Em um ano e meio, desde 2019, já foram editados, pelo menos, onze decretos, uma lei e quinze portarias do Exército que trarão como consequência a fragilização dos instrumentos de controle e fiscalização de armas de fogo e munições, o aumento do número de armas em circulação no país, a obstacularização do combate ao tráfico ilegal dessas armas e a facilitação de sua obtenção por criminosos, como traficantes e milicianos.

Dos onze decretos publicados em 2019, seis continuam em vigor. Das quinze portarias do Exército, incluídas aqui as publicadas em conjunto com o Ministério da Justiça, sobre munições, pelo menos cinco foram revogadas, três delas justamente as que foram editadas após reuniões técnicas com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF). A quantidade de revogações totais ou parciais dos textos aponta para a ausência de reflexão, embasamento técnico e avaliação de impactos em sua produção.

Mas o que mudou? Se antes, ao contrário do que diz o *lobby* armamentista, já havia inúmeras possibilidades para que as pessoas tivessem acesso a armas, desde que cumprissem determinados requisitos, após essa produção normativa, o cidadão comum passou a ter acesso facilitado a armamentos, inclusive a alguns de maior calibre, e a poder comprar munições em maior quantidade. Regras específicas sobre ampliação do acesso a armas e da quantidade de munições que podem ser adquiridas por determinadas categorias, em especial os chamados CACs – colecionadores, atiradores e caçadores –, também foram flexibilizadas. Mecanismos de controle de armas e munições, como as marcações, que possibilitavam rastreamento desses produtos, deixaram de existir.

Atlas da Violência 2020.

Um publicitário paulistano resolveu adquirir uma arma depois de ficar refém, com a família, em um assalto dentro de casa. O tio dele, empresário, passou a usar carro blindado após ter sido baleado em uma tentativa de assalto. “A gente tenta se proteger da forma que pode, até onde nosso dinheiro alcança”, disse ele.

Internet: <www1.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Dono de pizzeria reage a assalto e mata criminosos na Zona Norte de São Paulo

Um homem e um adolescente foram baleados em Pirituba após cometerem crime. Comerciante é atirador esportivo e possui porte de arma.

Dois assaltantes foram mortos após serem baleados pelo dono de uma pizzeria que reagiu a um assalto na madrugada desta quarta-feira (20) em Pirituba, na Zona Norte de São Paulo.

Os bandidos chegaram a pé e anunciaram o assalto. No entanto, eles foram surpreendidos pelo dono do estabelecimento que possui posse de arma.

O primeiro foi atingido, correu e caiu na frente do local e morreu. O outro assaltante, um adolescente de 15 anos, foi socorrido e morreu no hospital.



As cápsulas dos tiros ficaram espalhadas pelo chão. Com os criminosos foram encontrados um celular roubado, relógio, dinheiro e duas armas falsas.

Uma pistola .40, que pertence ao dono da pizzaria, que é atirador esportivo, também foi apreendida. A arma é legalizada e a documentação foi apresentada na delegacia.

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/20/dono-de-pizzaria-reage-a-assalto-e-mata-criminosos-na-zona-norte-de-sp.ghtml>. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

Motivado pela leitura dos textos anteriores, redija um texto dissertativo que responda, de forma fundamentada, ao seguinte questionamento:

A FACILITAÇÃO DA POSSE E DO PORTE DE ARMAS DE FOGO CONTRIBUI PARA A REDUÇÃO DA INSEGURANÇA PÚBLICA?

Abordagem teórica

1. Armas de fogo

Nos últimos anos a discussão sobre a flexibilização do acesso às armas de fogo ganhou evidência no Brasil com a ascensão de grupos políticos conservadores. Desde 2019, já foram editados mais de trinta instrumentos legais que objetivam ampliar o acesso da população a armas e munições.

Esse movimento tem representado uma expansão no número de armas em circulação. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, em 2017, a Polícia Federal informava que o Sinarm continha 637.972 registros de armas ativos. Ao final de 2020, esse número subiu para 1.279.491 – um aumento de mais de 100%.

De fato, a posse/porte de armas divide opiniões. A defesa à facilitação do **acesso às armas** é sustentada, basicamente, por quatro argumentos. O acesso à arma é um direito de liberdade, a lei (o Estatuto do Desarmamento) reduz a proteção dos cidadãos, armas trazem proteção e o problema são apenas as armas ilegais.

Por essa abordagem, o **desarmamento estimula a violência**, haja vista que os criminosos, cientes de que a população estará indefesa, lançam-se com maior destemor ao cometimento de delitos. Para eles, a **restrição do acesso às armas só prejudica o cidadão**, visto que os criminosos, por óbvio, não respeitam as proibições impostas pelo Estatuto do Desarmamento. Corroboram esse fato as constantes apreensões de armamento de todos os tipos, inclusive os de uso privativo das Forças Armadas (canhões AT4, Carl Gustaf, metralhadoras .50, entre outros).

Segundo esse grupo, **em face à comprovada ineficácia do Estado em combater o crime, preventiva e repressivamente, e proporcionar a segurança**, Direito Fundamental previsto no *caput* art. 5º da



Constituição Federal (CF/1988)¹, a posse de uma arma de fogo representaria a única forma eficaz de proteção contra ações criminosas. Isso é especialmente necessário nas propriedades rurais, as quais frequentemente têm sido alvo de criminosos, que se aproveitam do policiamento quase inexistente nos locais mais ermos.

Entre outros, esse grupo ampara seus argumentos no *caput* art. 5º da CF/1988, o qual dispõe ser **inviolável o direito à vida e propriedade**, sendo, portanto, razoável que o cidadão possa adotar os meios para preservação da sua integridade física e de seu patrimônio. Além disso, menciona-se o direito à legítima defesa, excludente de ilicitude prevista no art. 25 do Código Penal: “art. 25 – *Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem*”.

Outrossim, em 2005, o povo brasileiro foi consultado sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munições no país. Estava em pauta a alteração no art. 35 do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), que tornava proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional. **Como resultado do referendo, os brasileiros rejeitaram a alteração na lei, optando por manter o comércio legal de armas de fogo, ou seja, zelando pelo direito de comprar armamento, caso assim o desejarem.** Para os que são refratários ao desarmamento, se a população optou pela liberdade de comercialização, optou pelo direito à aquisição de armas, sendo, por isso, um argumento contra o referido Estatuto.

Menciona-se também o **fracasso do Estatuto do Desarmamento**, pois, mesmo com todas as restrições para o acesso às armas, os dados mostram que não houve redução no número de mortes. **Assim, os únicos a se desamarem foram os civis**; os criminosos estão, a cada dia, mais bem equipados. De acordo com o Atlas da Violência 2019, em 2016 se manteve o mesmo índice de mortes de arma de fogo de 2003, cerca de 70%. Assim, não houve o ganho propalado pelos seus defensores.

Por fim, defendem também serem menores os índices de criminalidade nos países cuja aquisição de armas é mais facilitada. Argumentam que o desarmamento é, historicamente, uma estratégia para o enfraquecimento da sociedade, deixando-a mais vulnerável à ação de governos com viés autoritário. Assim, desarmar a população seria estratégia adotada com objetivo de dominação e concentração de poder.

Vejamos, agora, o outro lado da moeda. Essa é a posição que eu **recomendo** adotarem para fins de prova. A livre formação de suas próprias convicções ideológicas é direito inalienável do candidato, contudo recomendo recorrer a posições mais avalizadas pela comunidade científica² e, no caso, as pesquisas são quase unânimes em apontar no sentido que mais armas significam mais crimes.

¹ Constituição Federal, art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

² Segundo o Atlas da Violência de 2019 (pg. 78): **De fato, há consenso na literatura científica internacional sobre os efeitos perniciosos da difusão de armas de fogo na sociedade.** Por exemplo, Conti fez uma análise intitulada “Dossiê Armas, Crimes e Violência: o que nos dizem 61 pesquisas recentes”. **Segundo o autor: “90% das revisões de literatura são contrárias à tese “mais Armas, menos Crimes”.** Das 10 revisões de literatura ou meta-análises publicadas em periódicos com revisão por pares



Você pode ser contra o desarmamento e pode construir sua redação sob essa premissa. Contudo, existem inúmeras evidências científicas em sentido contrário, o que pode dar muito mais força a seus argumentos. Além disso, a depender da sua habilidade com as palavras, você pode deixar transparecer uma posição mais radical e que a banca pode entender como ofensa aos direitos humanos, algo que não costuma ser perdoado.

Para fundamentar o que eu disse, veja alguns exemplos³:

- O prof. John J. Donohue III (Univ. Stanford), um dos mais proeminentes pesquisadores mundiais sobre os efeitos da difusão de arma de fogo, publicou, junto com colegas, em abril de 2019, no *Jornal of Empirical Legal Studies*, o mais abrangente artigo científico sobre o efeito da flexibilização do porte de armas nos EUA (onde a lei difere de estado para estado). Nesse trabalho, **eles concluíram que a flexibilização da lei fez aumentar entre 13% a 15% a taxa de crimes violentos em 10 anos.**
- No Brasil, Cerqueira (2014) mostrou evidências de **que a cada 1% a mais de armas de fogo em circulação há um aumento de 2% na taxa de homicídio.** Resultados qualitativamente idênticos foram obtidos em duas teses de doutorado na EPGE/FGV e na USP, onde os autores utilizaram métodos quantitativos também sofisticados. Além disso, nesses trabalhos não se verificou qualquer relação da difusão da arma de fogo com a diminuição de crimes contra o patrimônio.
- Cerqueira e De Mello (2013) encontraram que, **se não fosse o Estatuto do Desarmamento, a taxa de homicídio teria aumentado 12% acima da verificada, entre 2004 e 2007.**
- Além dos estudos que demonstram que a maior difusão de arma de fogo faz aumentar a insegurança pública, **vários trabalhos científicos mostram que a presença de uma arma de fogo no lar conspira contra a segurança da família,** pois faz aumentar inúmeras vezes as chances de algum morador sofrer homicídio, suicídio ou um acidente fatal, inclusive, envolvendo crianças, como, por exemplo, foi descrito em Dahlberg *et al.* (2004).

Além disso, podem ser mencionados os seguintes pontos⁴:

1. *Como falado, uma arma de fogo dentro do lar faz aumentar as mortes violentas dos moradores, seja por questões que envolvem crimes passionais e feminicídios, seja porque aumenta barbaumentamente as chances de suicídio, ou ainda porque aumentam-se as chances de acidentes fatais, inclusive envolvendo crianças. Por exemplo, Dahlberg et al. (2004) mostraram que o risco de um homem cometer suicídio em casas onde há armas aumenta 10,4 vezes. Segundo Fowler et al. (2017), em função de acidentes domésticos envolvendo armas de fogo, a cada ano 1.300 crianças são mortas nos EUA e 5.790 são internadas.*
2. *Uma parte significativa dos crimes violentos letais intencionais é perpetrada por razões interpessoais. No Brasil, cerca de 4% dessas mortes ocorrem por latrocínio. Por outro lado, alguns trabalhos, como o de Dirk e*

entre 2012 e 2017, nove concluíram que a literatura empírica disponível é amplamente favorável à conclusão de que a quantidade de armas tem efeito positivo sobre os homicídios, sobre a violência letal e sobre alguns outros tipos de crime.

³ Atlas da Violência de 2019.

⁴ Atlas da Violência de 2019.



Moura (2017), com dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, mostraram que, no total dos casos de crimes letais intencionais conhecidos, **mais de 20% das mortes ocorrem por questões interpessoais, como brigas de vizinho, crimes passionais, brigas de bar, etc.** Portanto, o indivíduo com uma arma de fogo na mão que se envolve em um conflito aumenta as chances de ocorrência de uma tragédia.

3. **Significativa parcela das armas legais são extraviadas ou roubadas e terminam em algum momento caindo na ilegalidade**, o que faz com que o preço da arma no mercado ilegal diminua e facilita o acesso a armas para os criminosos contumazes. A CPI das Armas realizada pela Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, mostrou dados robustos sobre a questão. Em 10 anos, no estado do Rio de Janeiro, foram extraviadas ou roubadas 17.662 armas das empresas de vigilância ou segurança privada. Nessa mesma CPI mostrou-se que, das armas ilegais apreendidas, 68% tinham sido armas legais num primeiro momento e vendidas no território nacional e 18% tinham sido armas desviadas das Forças Armadas ou polícias. Ou seja, **86% das armas ilegais foram em algum momento legais e depois desviadas para o crime**. Numa pesquisa mais recente de 2017, produzida pelo Instituto Sou da Paz, intitulada De onde vêm as armas do crime apreendidas no Nordeste, reafirmou-se a conclusão da CPI do RJ, em que **grande parcela das armas apreendidas possuía registro legal anterior**.

4. A arma de fogo no ambiente urbano é um bom instrumento de ataque, mas um péssimo instrumento de defesa, em vista do fator surpresa. Aliás, as mortes de inúmeros policiais nos dias de folga atestam esse ponto. De outra forma, uma pesquisa do IBCCRIM mostrou que **uma vítima de um assalto, quando armada, possui 56% a mais de chances de ser morta do que a vítima desarmada**.

Bem, superada essa primeira parte, continuemos.

Para aqueles que são **a favor do desarmamento**, as **armas são símbolo de morte e destruição**. Defendem que estimular a aquisição de armas pela população irá levar a sociedade ao colapso, na medida em que questões banais, corriqueiras, poderiam culminar em lesões graves ou mortes pelo fato de alguns dos indivíduos estarem armados. Assim, o indivíduo, por estar armado, fica encorajado a dar respostas violentas para a solução de conflitos interpessoais.

Além disso, o possuidor de armas fica com **maior poder para coagir, para ameaçar**. Isso é crítico quando se está falando de violência doméstica, situação na qual, muitas vezes, a vítima é mantida em silêncio em decorrência das ameaças feitas pelo agressor. Sob o viés econômico, o aumento da facilidade e do acesso às armas significa diminuição do custo da arma, o que viria a facilitar a aquisição do armamento pelo criminoso no mercado ilegal.

Argumenta-se também que **é necessário ter elevada destreza, preparo físico e psicológico para que o possuidor possa fazer um bom uso do seu armamento**; caso contrário, além de não evitar a investida criminosa, fatalmente, o portador terá a vida ceifada e a sua arma capturada. Questionam também o fato de que, se os próprios policiais, que são preparados para lidar com a situação, muitas vezes são surpreendidos e não conseguem reagir, com muito mais razão um cidadão comum, na maioria dos casos, também não seria.



Nesse sentido, conforme lembrado pela pesquisadora Isabel Figueiredo, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, não há fronteiras entre as armas legais e as armas que alimentam a criminalidade violenta. É a arma que o “cidadão de bem” comprou para se defender que estará envolvida logo mais em um roubo, um sequestro relâmpago e até mesmo em um homicídio. Com efeito, inúmeras mortes ocorrem com o uso de armas que em algum momento foram legais, mas foram roubadas e extraviadas e terminaram sendo reutilizadas para tirar a vida de alguém no curso de atividades criminosas. De fato, a CPI das Armas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) mostrou que entre 2005 e 2015, **apenas das empresas de segurança privada daquele estado, 18.000 armas de fogo foram roubadas ou extraviadas** (ALERJ, 2015). Com efeito, parte das armas que um dia se encontravam legalizadas vai parar na mão de criminosos, alimentando a espiral da violência no país.

Acrescente-se que, não obstante os opositores ao Estatuto do Desarmamento argumentarem que haveria critérios rígidos para o acesso e a manutenção da posse/porte de arma, os seus defensores argumentam que **não há garantias de que esse processo seria isento de corrupção**, o que ocasionaria a existência de uma série de indivíduos sem o mínimo de preparo para conduzir armamento.

O ESTATUTO DO DESARMAMENTO (Lei 10.826/2003)⁵

Cerqueira e Mello (2013) apresentaram evidências de que, entre 2004 e 2007, a taxa de homicídios seria 11% maior, caso o Estatuto do Desarmamento não tivesse sido sancionado.

Considerando-se a taxa de homicídios por arma de fogo por 100 mil habitantes, esse índice cresceu a uma velocidade de 5,8%, 5,9% e 6,0% em média a cada ano, em um período de quatro anos (1999 a 2003), catorze anos (1989 a 2003), ou 23 anos (1980 a 2003), antes do Estatuto do Desarmamento. Por seu turno, nos quinze anos após o Estatuto (entre 2003 e 2018), a velocidade de crescimento anual dessas mortes diminuiu para 0,9%.

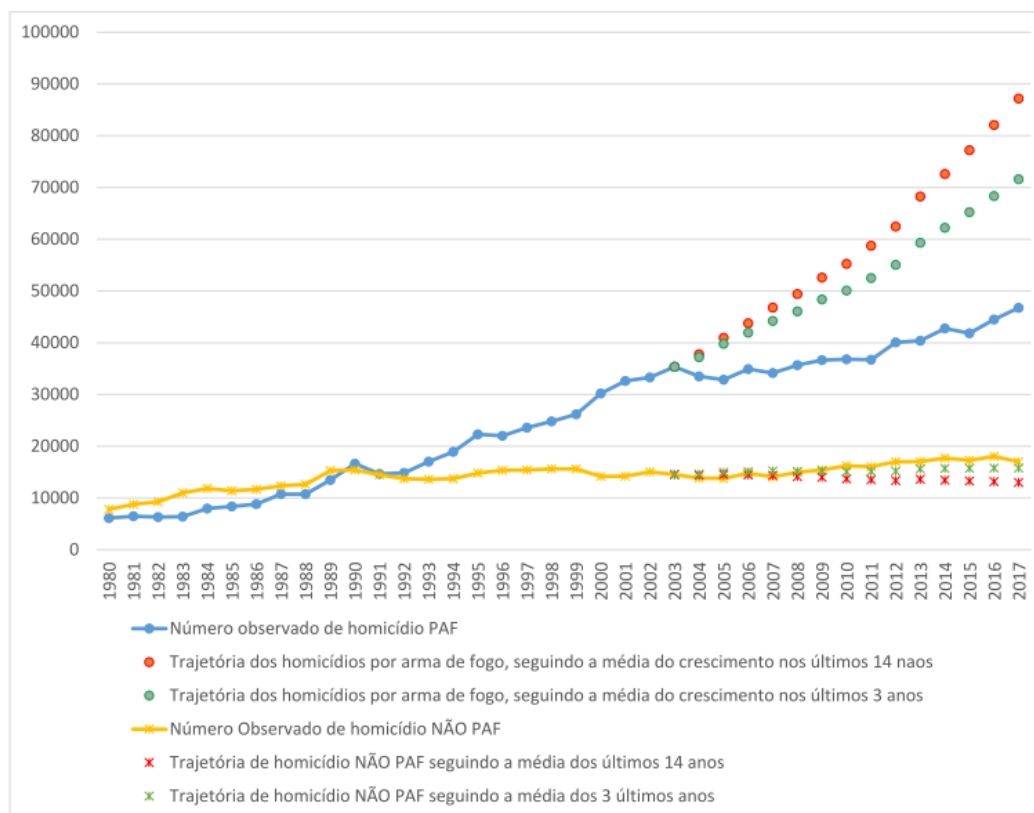
Ou seja, antes de 2003, quando foi sancionado o Estatuto do Desarmamento, a velocidade de crescimento das mortes era cerca de 6,5 vezes maior do que a que passou a vigorar no período subsequente. No entanto, no que se refere aos homicídios por outros meios, que não a arma de fogo, a velocidade de crescimento, antes ou após o Estatuto, não se alterou tanto.

Acompanhe o seguinte gráfico:

⁵ Conforme Atlas da Violência de 2020 e de 2019.



Número de homicídios por arma de fogo (PAF) e por outros meios (não PAF) no Brasil, entre 1980 e 2017 – observado e calculado, caso a taxa de crescimento após 2003 se dessem no mesmo padrão de 14 e 3 anos anteriores



Fonte: Microdados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Basicamente, o gráfico mostra que, considerando as trajetórias de letalidade no período anterior ao Estatuto do Desarmamento (tanto num prazo mais longo – 14 anos – quanto num prazo mais curto – 3 anos, para projetar o futuro), enquanto verificamos trajetórias idênticas de homicídios por outros meios, entre 2003 e 2017, há, por outro lado, uma clara mudança na trajetória das mortes por armas de fogo, que teriam crescido muito mais do que os dados efetivamente observados. Portanto, ainda que outros fatores possam explicar a mudança de padrão de letalidade após 2003, esses fatores alternativos teriam que dar conta de explicar por que a mudança ocorre exatamente em 2003 e por que a mudança ocorre apenas para a violência armada e não por outros meios. Tais exercícios trazem, portanto, uma forte sugestão do efeito do Estatuto do Desarmamento para frear a violência armada no país.

Além disso, retrucam que, grande parte da pressão pelo fim do Estatuto é oriunda da indústria bélica, interessada em ampliar o mercado consumidor⁶. Por fim, há ainda argumentos religiosos, haja vista o fato de que a doutrina cristã (referência para maior parte dos cidadãos brasileiros) repudia a violência e preconiza o pacifismo e a resolução de conflitos por meio do diálogo.

⁶ De acordo com o Small Arms Survey, a indústria de arma brasileira movimenta por ano, cerca de cem milhões de dólares o Brasil é o quarto maior exportador de armas leves do mundo.



Por fim, pesquisas realizadas pelo instituto Datafolha, em 2019, mostraram que 66% dos entrevistados concordam com a afirmação de que “a posse de armas deve ser proibida, pois representa ameaça à vida de outras pessoas”. Já 31% concordam que “possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender”. Assim, essa pesquisa demonstrou que a maioria dos brasileiros é contra flexibilizações de posse e de porte de armas de fogo, o que fortalece o discurso dos seus opositores.

Bem, muita coisa. Agora você está devidamente “armado” de argumentos. Vamos à prática.

Proposta de solução

Nos últimos anos a discussão sobre a flexibilização do acesso às armas de fogo ganhou evidência no Brasil com a ascensão de grupos políticos conservadores. Essa expansão tem sido evidenciada pela profusão de instrumentos legais que objetivam ampliar o acesso a armas e munição por parte da população. No entanto, esse movimento não encontra amparo na comunidade científica, a qual defende que a facilitação da posse e do porte de armas de fogo não contribuirá para a redução da insegurança pública. [tese]

Primeiramente, mencione-se que a facilitação da posse e do porte de armas de fogo aumentará a possibilidade de que divergências interpessoais resultem em mortes. Questões banais e corriqueiras, como brigas de vizinho, discussão, brigas de bar, poderão culminar em lesões graves ou mortes, as quais poderiam ser plenamente evitadas se os indivíduos envolvidos não estivessem armados. Portanto, caso o indivíduo que se envolva em um conflito tenha uma arma de fogo na mão, aumentam-se as chances de ocorrência de uma tragédia, conforme mostram os estudos científicos sobre o tema.

Além disso, frise-se que arma de fogo nas cidades pode ser considerada um bom instrumento de ataque, mas um péssimo instrumento de defesa, em vista do fator surpresa. Assim, nada garante que um indivíduo armado consiga repelir uma investida criminosa, mesmo sendo uma pessoa devidamente treinada para isso, o que se comprova pelo elevado



número de policiais mortos nos dias de folga. Aliás, o fato de estar armado pode só piorar a situação, haja vista que o conhecimento desse fato pelo criminoso recrudesce a violência perpetrada, o que pode ocasionar a morte da vítima e a captura de mais uma arma a serviço do crime.

Ademais, uma arma dentro de casa faz aumentar inúmeras vezes as chances de algum morador ser vítima de homicídio ou de cometer suicídio ou de ocorrer algum acidente. Nesse sentido, conforme consta do Atlas da Violência de 2019, o risco de um homem cometer suicídio em casas onde há armas aumenta mais de 10 vezes. Por fim, ressalte-se que a questão dos acidentes domésticos é especialmente crítica no segmento infantil, idade em que se desconhecem os perigos do manuseio de armas de fogo.

Diante do exposto, nota-se que facilitar o acesso às armas agravará o já grave problema da segurança pública no Brasil. Nesse sentido, cabe à sociedade organizar-se para exigir dos seus representantes ações contrárias à flexibilização da posse e do porte de armas, como forma de tornar mais seguro o convívio social, direito constitucionalmente assegurado.

EIXO TEMÁTICO 5 – TRABALHO

Tema 6

O economista austríaco Joseph A. Schumpeter, no livro "Capitalismo, socialismo e democracia", publicado em 1942, associa o empreendedor ao desenvolvimento econômico.

Segundo ele, o sistema capitalista tem como característica inerente uma força denominada de processo de destruição criativa, fundamentando-se no princípio que reside no desenvolvimento de novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados; em síntese, trata-se de destruir o velho para se criar o novo.



Pela definição de Schumpeter, o agente básico desse processo de destruição criativa está na figura do que ele considera como o empreendedor.

Em uma visão mais simplista, podemos entender como empreendedor aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo e parte para a ação.

Seguindo esse raciocínio, a professora Maria Inês Felipe, em seu suplemento "Empreendedorismo: buscando o sucesso empresarial", defende a ideia de que o empreendedor, em geral, é motivado pela autorrealização e pelo desejo de assumir responsabilidades e ser independente.

Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empreendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em 13 de julho 2021.



Disponível em: <https://castrodigital.com.br/2020/07/o-que-e-uberizacao-do-trabalho.html>. Acesso em 13 de julho 2021.

Tomando como ponto de partida essas reflexões, elabore um texto dissertativo-argumentativo acerca do seguinte tema: **Empreendedorismo na sociedade contemporânea.**

Abordagem teórica

1. Empreendedorismo

A palavra empreendedorismo tem origem francesa "entrepeneur", a qual significa fazer algo novo. Segundo o dicionário Oxford, empreendedorismo é: (1) disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios. (2) iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes, geralmente com alterações que envolvem inovação e riscos.



Segundo o Sebrae, **empreendedorismo** é a **capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade**. Pode ser um negócio, um projeto ou mesmo um movimento que gere mudanças reais e impacto no cotidiano das pessoas.

Assim, empreender não é simplesmente abrir uma empresa. Empreender é transformar rotinas de trabalho de forma que aumentem a produtividade. É ter ideias inovadoras e desafiadoras. Empreender é estar sempre pensando novas formas de encontrar soluções para qualquer coisa que afete a vida das pessoas. Atitudes empreendedoras trazem **inovação**, desenvolvem tecnologias e ajudam a movimentar o ecossistema do empreendedorismo no país, o que acaba trazendo mais segurança e incentivo à abertura de novos empreendimentos.

Em 1945, o economista Joseph Schumpeter, considerado o pai do empreendedorismo, utilizou a palavra como peça central à sua teoria da **Destruição Criativa**, processo que se fundamenta, basicamente, na destruição do velho para se criar o novo. Nesse processo, assume protagonismo a inovação, pois, segundo Schumpeter, é a partir dela que o desenvolvimento econômico se inicia, por meio da introdução de novos recursos ou pela combinação diferenciada dos recursos produtivos já existentes. Nesse contexto, Schumpeter define o empreendedor como aquele que destrói a ordem econômica existente com a produção de novos produtos e serviços, com a criação de novas forças de organização ou com a exploração de novos recursos e materiais.

A **pesquisa produzida pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM)** com apoio do IBQP e Sebrae — “Empreendedorismo no Brasil – Relatório executivo 2019”, afirma que, no Brasil, a taxa de empreendedorismo total⁷ no ano de **2019** foi de 38,7%, representando, aproximadamente, **53,4 milhões de brasileiros adultos que realizavam alguma atividade empreendedora**, como o envolvimento na criação ou na consolidação de um novo negócio ou na manutenção de um empreendimento já estabelecido. Em 2020, devido à crise econômica provocada pela pandemia, houve uma redução dessa estatística. Segundo o Portal Uol⁸, o número de empreendedores brasileiros caiu de 53,4 milhões, em 2019, para 43,9 milhões em 2020.

O empreendedorismo é uma atividade que contribui de inúmeras formas para o **desenvolvimento de um país**. Ao criarem negócios, os empreendedores precisarão de mão de obra e, portanto, abrirão vagas de emprego⁹. Esses empregos geram renda, implicando bem-estar e dinamizando a economia. Assim, o empreendedorismo gera **empregos formais**, o que contribui para o crescimento da economia e, consequentemente, para a redução da pobreza.

⁷ A taxa de empreendedorismo total (TTE) é formada por todos os indivíduos que estão envolvidos com alguma atividade empreendedora, indicando o conjunto de empreendedores em relação ao total da população adulta (de 18 a 64 anos).

⁸ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2021/06/08/pesquisa-sebrae-global-entrepreneurship-monitor-2020-pandemia.htm>. Acesso em 13 de julho de 2021.

⁹ Segundo a pesquisa “Empreendedorismo no Brasil – Relatório executivo 2019”, cerca de 60% dos empreendedores iniciais afirmaram estar desempregados ou procurando emprego três meses antes de começar o negócio.



Além disso, por meio das inovações, o empreendedorismo impulsiona o desenvolvimento de **novas tecnologias** e a **criação de produtos e serviços capazes de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos**. Por meio desses avanços, há a simplificação dos processos e a redução dos custos desnecessários, abrindo novas perspectivas de consumo, inclusive para as classes de baixa renda. Ademais, há também o aumento da concorrência, visto que haverá mais empresas disputando o mercado. O reflexo disso é a redução dos custos e o aumento na qualidade dos produtos.

O empreendedorismo pode contribuir para a **preservação do meio ambiente**, por meio do desenvolvimento de tecnologias mais limpas, de materiais menos agressivos ao meio ambiente, de modos de locomoção menos poluentes e de tecnologias que encurtam distâncias. Perceba, por exemplo, que, graças aos avanços tecnológicos, milhões de brasileiros trabalham das suas casas, o que contribui para a redução da poluição do ar nas grandes cidades.

Encontra-se, atualmente, muito em voga o **empreendedorismo social**, uma ação inovadora para a criação de produtos e serviços que têm o foco principal na resolução, ou minimização, de problemas sociais, em áreas como educação, segurança, saúde, alimentação, meio ambiente. Mais do que a simples obtenção de lucro, o objetivo dessas empresas é gerar transformação nas comunidades em que estão inseridas. O faturamento adquirido é investido em ações que possam aumentar o impacto e promover o bem-estar do público¹⁰.

São exemplos de empreendedorismo social no Brasil: Projeto Tamar, Instituto Chapada, Ação Social para Igualdade das Diferenças (Asid), entre outros.

Por fim, sintetizando alguns pontos da nossa discussão, pode-se dizer que¹¹:

*"O empreendedorismo pode ser considerado um fator essencial da saúde e da riqueza da sociedade, e um formidável motor do **crescimento econômico**. Promove a **inovação** necessária não apenas para explorar novas oportunidades, impulsionar a **produtividade** e criar **empregos**, mas também para ajudar a abordar alguns dos desafios mais difíceis da sociedade, como a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030.*

*Muitos integrantes do governo, do meio acadêmico e de organizações não governamentais de diferentes partes do mundo enxergam o empreendedorismo como parte essencial da **solução para acabar com a pobreza e a desigualdade social**, promovendo o **empoderamento das mulheres** e a implementação de soluções de negócios para os desafios mundiais que envolvem as **questões ambientais**, incluindo as mudanças climáticas".*

Contudo a cultura do empreendedorismo não apresenta somente soluções, mas, também, **problemas**.

O primeiro deles é o **desamparo no que se refere a alguns direitos sociais**. A partir do momento em que o próprio indivíduo passa a ser chefe de si mesmo, ele perde direitos, como: rendimento fixo, férias, descanso

¹⁰ Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/empreendedorismo-social/>. Acesso em 13 de julho de 2021.

¹¹ Global Entrepreneurship Monitor Empreendedorismo no Brasil : 2019 \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores -- Curitiba: IBQP, 2020.



remunerado, FGTS, previdência e décimo terceiro salário. Sobre esse ponto, nos cabe fazer um aprofundamento.

Face ao aumento do desemprego, ao aumento da competitividade no mercado de trabalho e à obsolescência das profissões, o empreendedorismo é apresentado como uma forma alternativa diante da crise do mundo do trabalho. Contudo, muitas vezes, não se trata de uma escolha, mas de uma imposição, uma necessidade. Pesquisas apontam que a maior parte dos empreendedores, no Brasil, resolvem o ser após serem demitidos.

Há a mensagem, divulgada por empresas e governos, de que o empreendedorismo é uma oportunidade de sucesso e empoderamento, em que você será "o seu próprio chefe" ou "trabalhará para si mesmo". Contudo, essa visão romantizada não condiz com a realidade de grande parte dos "empreendedores" brasileiros, que, em verdade, são trabalhadores autônomos, em situação de informalidade.

Saliente-se que o Brasil alcançou uma taxa de informalidade de 39,6% no mercado de trabalho até fevereiro de 2021, com 34,014 milhões de trabalhadores atuando informalmente, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE).

Assim, em certos casos, o empreendedorismo mascara uma precarização do trabalho, ou seja, um cenário laboral em que os trabalhadores não possuem direitos ou garantias e conduzem a superexploração do indivíduo. Trata-se também de narrativa conveniente para os governos, pois se camufla o problema do desemprego e transfere-se a integral responsabilidade por ônus e bônus para o indivíduo. Nesse sentido¹²:

Observa-se que, o empreendedorismo continua a ser propagado, quase que exclusivamente, como a oportunidade de sucesso, como o melhor caminho a ser seguido, como garantia de lucro e autonomia, visto que, nessa perspectiva, depende apenas do trabalhador, como se este não estivesse dentro de todo um sistema de organização do trabalho. E tendo como agravante a perspectiva de que, ao não obter êxito, o problema está no empreendedor e não em muitas outras variáveis que podem propiciar o êxito e/ou fracasso. [...]

Há esse abismo que divide os sujeitos empreendedores, em que no lado favorecido estão apenas aqueles que detêm o grande capital. Contudo, na teoria, todos possuem a mesma liberdade e as mesmas possibilidades, mesmo que nem todos usufruam da riqueza proporcionada pelo sistema. Esse "virar-se por conta própria" naturaliza-se no fazer-se empreendedor como "patrão de si mesmo", descoberto de garantias, direitos e proteção. Assim, "o olhar empreendedor vai agir como estratégia que retira o foco da sociedade das desigualdades sociais provenientes do sistema, transferindo aos trabalhadores toda a responsabilidade pelos prejuízos do não sucesso do negócio" (Maciel, 2014, p.10). Portanto, o foco é retirado das inúmeras desigualdades sociais presentes no sistema, em que alguns indivíduos têm mais ou menos

¹² OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro de; MOITA, Dimitre Sampaio; AQUINO, Cassio Adriano Braz de. O Empreendedor na Era do Trabalho Precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 16, n. 36, p. 207-226, ago. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 13 jul. 2021.



possibilidades em seu círculo de expectativas, alocadas simplesmente no sujeito. Para o trabalhador, que se converte em "dono do próprio negócio", o seu sucesso depende apenas de sua "capacidade empreendedora".

O empreendedorismo é divulgado com a atividade laborativa, realizada por sujeitos criativos e corajosos que não se contentam com funções pouco desafiadoras, no qual o sucesso depende de seu esforço e de sua "força de vontade", muito embora o espectro que é abrangido por essa denominação vá de um coletor de materiais recicláveis a um profissional autônomo de alta tecnologia. É um discurso ideológico pautado na perspectiva da individuação, que se apresenta, sobretudo, na ideia do "empoderamento" individual, ou seja, na ideia de que o sujeito é dotado de poder capaz de levá-lo a realizar tudo o que pretende. Ele tudo pode, basta vontade e persistência, é responsável por tudo, inclusive pelo seu possível fracasso.

É oportuno falarmos também sobre aquilo que é chamado de **uberização** do trabalho.

Segundo o Portal Tab, *uberização diz respeito à economia do compartilhamento: define uma relação de trabalho contemporânea em que se "vende" um serviço para alguém de forma independente, sem intermediação de empresas, em geral via internet¹³. Aplicada ao mundo do trabalho, trata-se de uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho, podendo ser compreendida como um processo de informalização.*

Assim, é possível ter uma multidão de trabalhadores informais gerenciados e controlados por instrumentos tecnológicos. O gerenciamento algorítmico consegue processar uma enormidade de variáveis e controlar a forma como o trabalho é distribuído e precificado. Nessa dinâmica, consolida-se a figura do trabalhador sob demanda, sem vínculos empregatícios. Não há capital investido no negócio; o que se possui são apenas os instrumentos de trabalho.

Assim, sem intermediários, o contato direto consumidor e prestador do serviço permite que o consumidor pague menos por ele. Por outro lado, quem presta o serviço não responde a um chefe, porém também não possui direitos e garantias. Caso o prestador de serviços adoeça, tenha problemas no veículo, acidentes, entre outros imprevistos, a empresa não se responsabiliza por eventuais ônus. Nesse modelo, o papel da empresa é viabilizar o contato, sem se responsabilizar pela operação em si, nem pela contratação formal da mão de obra.

Ademais, a liberdade apregoada pelo modelo não é tão ampla, uma vez que a demanda entre os prestadores de serviço é decidida unilateralmente pelo algoritmo e, inclusive, há a possibilidade de sanções em caso de avaliações ruins. Assim, sob esse ponto de vista, o que é divulgado como empreendedorismo consiste em uma forma de precarização do trabalho, a qual é ampliada pela cultura da uberização. Amparado pelo discurso da autonomia, o empreendedorismo tem servido para fragilizar as relações de trabalho e esconder alguns problemas estruturais da sociedade, como o desemprego.

Presencia-se de forma concomitante a era do trabalho precarizado e o crescimento do empreendedorismo sob os discursos do "crie seu próprio negócio" ou "seja seu próprio patrão". Assim, boa parcela dos brasileiros

¹³ <https://tab.uol.com.br/faq/uberizacao-o-que-e-como-funciona-como-surgiu-e-outras-duvidas.htm>



tem se deslocado para trabalhos por conta própria, normalmente mais voláteis, instáveis e imprevisíveis. Aos "empreendedores de si" cabe a gestão e a responsabilização solitária de sua própria sobrevivência.

Sugestão de repertório

1. Byung-Chul Han é um filósofo sul-coreano que se dedicou a analisar as estruturas da sociedade do século XXI para entender como o modelo de produção da última fase do capitalismo tem interferido diretamente na vida psicológica das pessoas. Partindo da psicanálise, da filosofia existencialista e de análises sociológicas, Han tenta entender o vínculo entre os distúrbios psiquiátricos comuns em nossos tempos, como a síndrome de "burnout", a depressão e o transtorno de "deficit" de atenção e hiperatividade (TDAH), com o ritmo de vida que a nossa sociedade cobra das pessoas¹⁴.

Segundo Han, o inconsciente social contemporâneo é dominado por um paradigma de desempenho, em que cada indivíduo se tornou empresário de si mesmo e está constantemente em busca de maximizar sua produção. A lógica do controle é a lógica do capitalismo neoliberal contemporâneo, que incute no indivíduo a noção de que ele é responsável pelo que produz e de que ele é o artífice de si mesmo. Se ele não tem êxito financeiro e social, a responsabilidade é dele mesmo. Assim, o controle é disseminado por meio de uma ideologia que faz com que o próprio indivíduo se controle, não necessitando de um rígido sistema disciplinar¹⁵. Esse pensamento de Han, inclusive, dialoga com as ideias de Foucault (sociedade disciplinar) e as de Gilles Deleuze (sociedade do controle).

De acordo com o parágrafo anterior, percebe a clara relação entre as ideias de Han e os conceitos de "uberização", "pejotização" e "terceirização". No livro "Sociedade do Cansaço" (talvez sua obra mais famosa), Han argumenta que, por conta das ideias capitalistas que reduzem o ser humano a uma espécie de máquina capaz de produzir, o capitalismo do século XXI aboliu as diferenças individuais. Todo mundo é capaz de fazer e agir. Todo mundo é capaz de mudar a sua realidade e a realidade a sua volta. Todo mundo é empreendedor de si e é capaz de fazer o que quer que seja, sendo, assim, artífice de si mesmo¹⁶.

Até aí, sem grandes problemas. A questão é que as oportunidades não são iguais para todos no sistema capitalista neoliberal e nem todo mundo tem a mesma energia para fazer acontecer, de modo que sempre existirão excluídos. A ideologia da sociedade do cansaço, que faz crer que o único responsável pelo "sucesso" é o indivíduo, cria a necessidade de que as pessoas estejam sempre ativas, buscando modos de agir, de empreender, descansando cada vez menos e ficando cada vez mais fissuradas pela busca do sucesso¹⁷. Isso nos remete a uma discussão latente e sempre lembrada pelas bancas examinadoras: a **meritocracia**. Nesse aspecto é importante pontuar que o sucesso não depende somente do esforço individual, eis que leva em consideração o "berço", a sorte, o talento e o meio em que o indivíduo nasceu e foi criado. Assim, considerando que as pessoas não saem do mesmo ponto e não enfrentam os mesmos obstáculos, o discurso

¹⁴ PORFÍRIO, Francisco. "Byung-Chul Han"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/byung-chul-han.htm>. Acesso em 06 de dezembro de 2022. Com adaptações.

¹⁵ Idem. Com adaptações.

¹⁶ Idem. Com adaptações.

¹⁷ Idem. Com adaptações.



da meritocracia fica relativamente esvaziado e, segundo seus críticos, passa a servir como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais.

Nesse contexto, o autor identifica um **excesso de positividade na sociedade do cansaço**, caracterizado pela ausência de pensamentos e narrativas negativas. Todos acreditam que são plenamente capazes de alcançar seus objetivos e que, com os esforços certos, serão responsáveis pela própria felicidade. Essa visão está introjetada na subjetividade dos indivíduos, o que Han define como "**controle neural**".

Nessa acepção, esse comportamento é normalmente denominado como positividade tóxica. Lembrem do "slogan" da campanha do Obama? "Yes, we can!" Ou os "slogans" "Deus ajuda quem cedo madruga", "Eu cheguei aqui por merecer". "Trabalhe enquanto eles dormem". "No fim, tudo vai dar certo". Todas essas frases são um impulso à autoexploração e ao esgotamento, processo que leva a uma massificação das individualidades.

O QUE É O TRABALHO PARA A SOCIOLOGIA? Texto de Mariana Taranto Reynier de Abreu¹⁸

Na Antiguidade e na Idade Média, o trabalho manual (ou braçal) era visto como inferior e degradante em relação ao trabalho contemplativo (ou intelectual), que envolvia a filosofia, a arte e a política. A inferioridade do trabalho manual condizia com a estrutura da sociedade estamental, composta pelo 1º estado (clero, cuja função é rezar), pelo 2º estado (nobreza guerreira) e pelo 3º estado (burguesia/camponeses/trabalhadores manuais, responsáveis pela produção). Já na idade moderna o trabalho manual ganha maior destaque na organização social. O produto do trabalho passa a ser visto com a prova de que o homem é capaz de dominar a natureza e ganha aspecto edificante. Somado a isso, o protestantismo faz uma releitura do trabalho (WEBER, 2005), sendo apontado como dignificante do homem, semelhante de Deus que trabalhou e descansou no sétimo dia.

Uma sociedade se organiza de acordo com a maneira como o trabalho é dividido. O mercado de trabalho é o conjunto dos modos sociais por meio dos quais o trabalho é comprado e vendido. Com a ascensão da indústria nos séculos XVIII e XIX o trabalho deixa de ser um meio através do qual as pessoas trocam produtos e se torna, ele mesmo, uma mercadoria a ser vendida em troca de um salário.

Após a Revolução Industrial as formas de organizar a produção se modificaram, havendo pelo menos três modelos que se destacam: Taylorismo (1911), Fordismo (1913) e Toyotismo (1970). O Taylorismo trouxe a racionalização da atividade produtiva em nome da produtividade e do lucro e monitoração do trabalho segundo o tempo estipulado para a produção. O fordismo intensificou essa lógica implementando a linha de montagem automatizada com esteira rolante. Já o Toyotismo implementou a fabricação sob demanda.

As formas de conhecimento refletem as preocupações e necessidades dos homens de seu tempo. Os três autores clássicos da sociologia, Karl Marx (1818-1883), Max Weber (1864-1920) e Émile Durkheim (1858-1917), escreveram suas teorias pouco depois da Revolução Industrial que produziu mudanças profundas na sociedade europeia, em especial no trabalho e suas relações. Em consequência disso, o trabalho está muito presente em suas teorias, levantando perguntas como: o que é o trabalho na sociedade capitalista? Como ele interfere nas relações sociais?

¹⁸ ROCHA, Marianne da Silva. O que trabalho para a Sociologia? Blog Café com Sociologia. mai. 2022. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/o-que-e-trabalho/>. Acesso em dezembro de 2022



Conceituando o trabalho

Para Durkheim (1977), o trabalho é um fato social presente em todas as sociedades e a divisão social que ele gera é o que possibilita a coesão social, ou seja, ele é responsável pelos indivíduos viverem em sociedade após a ascensão do sistema capitalista. Assim, o trabalho possui significados diferentes nas sociedades pré-capitalistas e pós capitalistas. Na última, o trabalho é especializado, criando uma interdependência entre os indivíduos que precisam das funções desempenhadas uns pelos outros. Essa união devido a divisão social do trabalho nas sociedades capitalistas é nomeada por ele de solidariedade orgânica.

Já Weber (2004) analisa o conceito de trabalho pela perspectiva religiosa, apontando que ele tem significados diferentes para católicos e protestantes. Antes da reforma protestante na Inglaterra, o trabalho era visto como uma penitência para aqueles que não eram escolhidos por Deus e o lucro era condenado. Depois o trabalho se torna uma vocação divina, como uma forma de glorificação de Deus e por isso essencial. A lógica do trabalho orientava o comportamento das pessoas, que deveria ser pragmático, metódico e racional.

Por fim, para Marx (1998) o trabalho é a atividade em que o ser humano emprega sua força para produzir os meios para seu sustento. Essa capacidade de criar ferramentas e técnicas para modificar a natureza é justamente o que distingue o ser humano do resto dos animais. Assim, ao trabalhar o homem altera a natureza e a si mesmo. Porém, diferente de Durkheim, Marx acreditava que a forma de organização do trabalho no capitalismo é justamente o que gera os conflitos, manifestando-se na luta de classes. Nesse contexto, o trabalhador se aliena, participando apenas de parte do processo de trabalho, ficando alheio ao resultado final. Se o trabalho que torna a pessoa em ser humano, quando afastado do produto deste, é desumanizado.

O conceito de trabalho na atualidade cotidiana

O que se entende por trabalho tem se modificado ao longo do tempo e tem significados diferentes dependendo do lugar. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), criada em 1943 no governo Vargas, representou um grande avanço para os direitos dos trabalhadores no Brasil. Porém, atualmente cresce a quantidade de contratos que não são CLT, precarizando as relações trabalhistas. Com a pandemia, este processo se intensificou e agora os trabalhadores informais representam 40% (IBGE, 2021) da população ocupada. A chegada de empresas com o Ifood, Uber e Amazon também colaboraram com este processo.

Muitos trabalhadores destas empresas reclamam das más condições de trabalho e da falta de garantias e direitos. Assim, se cria uma nova classe de proletariados que vende sua força de trabalho e tem seu trabalho alienado. Este modelo de contrato é muito recente e polêmico, havendo greves dos trabalhadores desses aplicativos constantemente e dia primeiro de abril de 2022 os trabalhadores da Amazon comemoraram a criação de seu primeiro sindicato. Dessa forma, as relações de trabalho e os direitos dos trabalhadores estão em disputa e têm levantado debates e manifestações, por isso, é importante utilizar a imaginação sociológica para analisar este contexto de mudanças atuais.

Feita essa revisão, acredito que tenhamos visto os principais pontos necessários à resolução da questão. Mãos à obra.



Proposta de solução

Conforme se observou na Primeira Revolução Industrial, o trabalho é um elemento capaz de promover transformações na sociedade, a exemplo da invenção da máquina a vapor. Essas grandes modificações têm como elemento central a capacidade humana de inovar, cerne da definição de empreendedorismo, de acordo com Schumpeter. Com efeito, *ao longo da história, o empreendedorismo tem sido responsável por notáveis progressos, conquanto haja efeitos negativos relacionados à precarização do trabalho.*

Mormente, esclareça-se que o empreendedorismo tem sido um elemento central no desenvolvimento humano, principalmente, pela criação de novos negócios e de soluções para os problemas sociais. De fato, o surgimento de novos segmentos proporciona o aumento do nível de emprego, o que resulta em crescimento econômico e, consequentemente, maior qualidade de vida. Assim, o empreendedorismo gera empregos e contribui para a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Além disso, foi por meio do espírito empreendedor que ocorreu a criação de soluções capazes de melhorar a existência dos indivíduos. É o caso, por exemplo, das soluções aplicadas à área da medicina, as quais têm propiciado o combate e a erradicação de doenças, a minimização do sofrimento físico e o aumento da expectativa de vida por meio de tratamentos inovadores. [Tópico 1]

Não obstante os seus inegáveis efeitos positivos, o discurso do empreendedorismo tem sido utilizado para formalizar a precarização do trabalho, fenômeno que consiste na perda de direitos e garantias por parte do trabalhador. Realmente, simbolizado por jargões do tipo "seja seu próprio patrão", boa parte dos brasileiros, acuada pelo desemprego, tem migrado para trabalhos autônomos, normalmente mais voláteis, instáveis e imprevisíveis. Esse movimento



tem como elemento catalizador a chamada "uberização", uma forma de trabalho em que o prestador de serviço não tem um vínculo empregatício com a empresa que, normalmente, opera a plataforma digital em que os negócios são firmados. Trata-se de modelo em que não há previsibilidade de jornada e de rendimento, mas, pelas suas características, implica a superexploração dos trabalhadores. [Tópico 2]

Diante do exposto, embora haja fatores adversos, ficam evidentes as contribuições do empreendedorismo para o progresso humano. Nesse sentido, é fundamental remover as barreiras que impedem o crescimento do empreendedorismo, bem como estimular a criação de empregos formais, medida que mitiga a precarização do trabalho.

EIXO TEMÁTICO 6 – SOCIEDADE

Tema 7

Inédita

TEXTO I

Papa Francisco: Falta de solidariedade e individualismo são os responsáveis da pobreza no mundo

O Papa Francisco foi à conferência da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) sobre a subnutrição, pedir mais solidariedade e dignidade para os pobres do mundo.

O sumo pontífice da Igreja Católica apelou à unidade das nações e à unidade de esforços para combater aquilo a que chama "o paradoxo da abundância" da sociedade atual, uma sociedade em que há comida suficiente para todos, mas nem todos têm comida.

Um fenômeno que resulta da falta de solidariedade e do individualismo...

"A falta de solidariedade – uma palavra que, suspeitamos, queremos, inconscientemente, tirar do dicionário....

...As nossas sociedades caracterizam-se por um crescente individualismo e pela divisão e isto acaba por privar os mais frágeis de uma vida digna e levar a revoltas contra as instituições".



Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2018/07/12/internas_educacao,972964/educacao-ead-cresce-133-em-mais-de-um-ano-apos-atualizacao-de-legisla.shtml. Acesso em: 30 de abril de 2020.

TEXTO II

Polícia de SP prende dois homens que mataram ambulante no metrô

A polícia de São Paulo prendeu os dois homens que espancaram até a morte um ambulante, dentro de uma estação do metrô, no dia de Natal.

A prisão dos responsáveis pela morte do ambulante Luiz Carlos Ruas, o Índio, levou uma multidão revoltada à delegacia que apura crimes dentro do metrô. A passagem deles provocou tumulto. A polícia reagiu.

Ricardo Martins do Nascimento foi preso na noite desta terça-feira (27), em Itupeva, no interior de São Paulo, e levado para a capital. Na chegada, quase foi agredido. Ele falou sobre o crime. "Cara, a gente estava alterado. Cachaça... Não justifica, não. O certo é a gente pagar", diz Ricardo.

Ricardo e o primo, Alípio Rogério dos Santos, aparecem nas imagens das câmeras do metrô espancando até a morte o ambulante conhecido como Índio. Ele tentou defender dois homossexuais, também agredidos pelos dois rapazes. [...]

Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/12/policia-de-sp-prende-dois-homens-que-mataram-ambulante-no-metro.html>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

TEXTO III

No dia 9 de junho de 2017, em São Bernardo do Campo (SP), o tatuador Maycon Wesley Carvalho dos Reis, 27 anos, e seu vizinho Ronildo Moreira de Araújo, 29 anos, capturaram um jovem de 17 anos, dependente químico, alegando que ele estaria furtando uma bicicleta. Os dois subjugaram o rapaz e, como forma de "punição" pela tentativa de furto, tatuaram em sua testa a frase "sou ladrão e vacilão". O ato foi registrado por Maycon em um vídeo, que logo começou a circular viralmente nas redes sociais.

Este episódio ocorre em um contexto de uma série de linchamentos que têm aparecido na mídia brasileira nos últimos anos. Apesar de diferir dos episódios de linchamento em um aspecto importante, o de ser uma punição sumária executada na praça pública por uma turba, o caso guarda uma característica comum com estes: são casos de particulares "fazendo justiça com as próprias mãos", à revelia dos mecanismos estatais de regulação social e marcados pela violência. Ademais, apesar de não ter ocorrido fisicamente na praça pública, o registro em vídeo por parte de um dos perpetrantes garantiu que a punição tenha sido vista na "praça pública virtual" da internet.

Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72342/tres-conceitos-juridico-sociologicos-para-a-compreensao-do-caso-da-tatuagem-na-testa>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

TEXTO IV

Combate ao coronavírus estimula solidariedade e união no Brasil e no mundo

Enfrentamento à pandemia está despertando o altruísmo para enfrentar medo, solidão e o tédio na quarentena.



O combate ao coronavírus está estimulando diversas ações de solidariedade e união pelo país e pelo mundo – algumas, repletas de humor.

Com o isolamento, a população menos propensa à doença está se oferecendo para ajudar idosos, um dos principais grupos de risco da Covid-19, ou até distribuir álcool em gel para quem precisar. Outras pessoas que enfrentam quarentena pelo mundo usam a criatividade para estimular a união e o senso de coletividade.

O G1 mapeou algumas destas ações. Entre as iniciativas, estão:

- 'Adoção' de idosos para aplacar a solidão
- Aplausos a equipes médicas
- Bingo na janela
- Cantoria nas janelas e varandas
- Compra para idosos
- Distribuição de álcool em gel
- Exercícios físicos da laje e varandas

Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/19/combate-ao-coronavirus-estimula-solidariedade-e-uniao-pelo-pais-e-pelo-mundo.ghtml>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

A partir da leitura dos textos motivadores, redija um texto dissertativo sobre a **importância da solidariedade em tempos de crise**.

Abordagem teórica

1. O individualismo no mundo moderno

Segundo o dicionário Michaelis, **solidariedade** pode ser definida como: *1 Qualidade, característica, condição ou estado de solidário. 2 Sentimento de amor ou compaixão pelos necessitados ou injustiçados, que impele o indivíduo a prestar-lhes ajuda moral ou material. 3 Ligação recíproca entre duas ou mais coisas ou pessoas, que são dependentes entre si. 4 Responsabilidade recíproca entre os membros de uma comunidade, de uma classe ou de uma instituição 5 Apoio em favor de uma causa ou de um movimento. 6 Compartilhamento de ideias, de doutrinas ou de sentimentos. [...] 9 SOCIOL Estado ou situação de um grupo que resulta do compartilhamento de atitudes e sentimentos, tornando o grupo uma unidade mais coesa e sólida, com a capacidade de resistir às pressões externas.*

Por sua vez, o **individualismo** é a doutrina em que se valoriza a autonomia individual, em detrimento da hegemonia da coletividade. Desde já, esclareça-se que o individualismo não se confunde com egoísmo, amor exagerado aos próprios interesses a despeito dos de outrem.

Em curta síntese, o individualismo é a capacidade de exercer a própria individualidade, a capacidade de se reconhecer como unidade. O individualismo considera legítimo cuidar dos próprios interesses — o que não significa, em hipótese alguma, prejudicar os direitos daqueles que nos cercam.

É graças ao individualismo que os indivíduos são capazes de julgar o que é certo ou errado de forma independente do que determina o Estado. Devemos a ele nossa liberdade: liberdade de culto (e de não



cultuar), liberdade de expressão, direitos que protegem minorias contra a tirania das majorias, entre outros. Em suma, o individualismo implica a capacidade de conduzir as nossas vidas como bem entendermos — desde que não violemos a liberdade de outrem.

Segundo o sociólogo Zigmunt Bauman (2001), a modernidade é época em que **a vida social passa a ter como centro a existência do individualismo**. Segundo o renomado autor, nesse período, o homem moderno nega toda ligação de subordinação com as instituições sociais, abdicando assim das crenças, regras e valores impostas por elas, guiando-se na sua visão pessoal¹⁹. Assim, sob a influência do individualismo, o homem se desvincula da sociedade e do Estado e torna-se ser capaz de tomar as suas decisões conforme as suas próprias convicções.

Por exemplo, o fato de os indivíduos terem perdido a capacidade de refletirem e de formarem as suas próprias convicções foi um elemento que propiciou o surgimento e crescimento dos regimes totalitários, pois a noção de certo e errado passa a ser exterior aos indivíduos; passa a ser ditado, por exemplo, pelo Estado. Você já se perguntou se os funcionários de um campo de concentração que enviaram milhões de pessoas ao extermínio nunca pensaram se o que faziam era correto. Que as determinações do Estado poderiam não ser as corretas.

Mas essa é apenas a faceta positiva do individualismo, pois que esse modo de ser social tem seus **efeitos colaterais**.

O individualismo, potencializado pelos recentes avanços tecnológicos, tem gerado um quadro de imenso **isolacionismo** dos indivíduos. Atualmente, várias necessidades básicas podem ser saciadas sem qualquer interação social. O ser humano pode se alimentar pelo uso de aplicativos, relacionar-se virtualmente (amorosamente inclusive), entregar as suas tarefas laborais de forma remota, sem ter nenhum contato com outras pessoas, e por aí vai.

Além disso, a necessidade de intensa produtividade e de alcançar o sucesso profissional a todo custo faz com que os indivíduos passem a perseguir os seus ideais de forma isolada, concebendo atividades em equipe como perda de tempo, fato que contribui para que os indivíduos percam a noção de comunidade. Esse sucesso profissional está diretamente relacionado a quanto as pessoas ganham e se materializa com a aquisição de bens, muitas vezes, desnecessários, a serem ostentados nas redes sociais.

O sociólogo Zygmunt Bauman observou que uma das características do período atual é a **substituição da ideia de coletividade e de solidariedade pelo individualismo**. Num contexto de busca da felicidade como um objetivo estritamente individual, observa-se a fragilização e a instantaneidade das relações afetivas, formadas por laços momentâneos e volúveis, relegados, muitas vezes, a mercadorias descartáveis.

Em vez da vida em comunidade e do contato interpessoal e próximo, privilegiam-se as interações virtuais, que podem ser desfeitas com a mesma facilidade com que são estabelecidas. Essa fluidez, instabilidade,

¹⁹ Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/individualismo-na-modernidade.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2020.



volubilidade são as características que inspiraram a denominação do período atual como "**modernidade líquida**". Segundo o próprio Bauman: " Vivemos em tempos líquidos. Nada foi feito para durar".

Esse isolamento aparenta ser contraditório à globalização, cuja proposta é aproximar as pessoas com a tecnologia e novas formas de comunicação. No entanto, observa-se que a mesma tecnologia que aproxima é a que afasta. Potencializa esse fenômeno o advento da internet e das redes sociais, as quais enfraquecem a vida em comunidade e o contato entre indivíduos, bem como reduzem o grau de empatia humana, pela frieza em que se travam as relações interpessoais. O consumismo recrudescer essa situação: ligado ao ideal de felicidade em que é necessário ter para "ser", isola os indivíduos e reduz os não consumidores a uma situação de invisibilidade.

Do mesmo autor, em "**Cegueira Moral**", Bauman defende que o mal não está restrito às guerras ou às circunstâncias nas quais pessoas atuam sob condições de coerção extrema. Hoje ele se revela com frequência na insensibilidade diária diante do sofrimento do outro, na incapacidade ou recusa de compreendê-lo e no desejo de controlar a privacidade alheia. A maldade e a miopia ética se ocultam naquilo que a humanidade considera comum e banal na vida cotidiana.

É um conceito que se aproxima ao de "**Banalidade do Mal**", de **Hanna Arendt**. Na obra "Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal", Hanna Arendt destaca a indiferença ao sofrimento das vítimas do holocausto pelos nazistas, uma analogia que pode ser usada por você com relação aos tempos presentes.

2. A solidariedade em tempos de crise

Nos momentos de crise, as mazelas sociais ficam mais expostas, a imensa desigualdade social fica mais evidente. A tendência para os que têm menos é terem menos ainda. São inúmeros exemplos os que eu poderia citar para consubstanciar o argumento mencionado.

Vejamos a questão do ensino à distância na época da pandemia: enquanto os pais de alunos de escolas particulares discutem se houve/haverá perda de qualidade com o ensino à distância para suprir a impossibilidade do ensino presencial, os pais de alunos de escola pública discutem como irão suprir a perda da refeição que era feita nas escolas. Isso sem falar na imensa massa de excluídos digitais, seja pela impossibilidade financeira de adquirir equipamentos, seja por morarem em locais onde não há cobertura e infraestrutura que permita o acesso. Óbvio que isso não é uma regra, mas ilustra como as crises podem ser diferentes a depender do poder econômico do indivíduo.

Outro exemplo é a questão do emprego. As pessoas com menor nível de escolaridade tendem a ter empregos temporários ou informais, mais instáveis e, portanto, suscetíveis a eventos extremos. Assim, quem mais precisa garantir a sua renda é quem menos condições tem de fazê-lo.

Portanto, é em momentos como esses, em que as pessoas se encontram mais fragilizadas, que se faz necessária a maior presença da solidariedade na sociedade, principalmente como forma de suprir lacunas na atuação do Estado como garantidor de direitos mínimos aos seus cidadãos.



Não obstante o fato de, em maior ou menor grau, todos enfrentarem maiores dificuldades nas crises, observa-se que, nesses momentos, o espírito altruísta²⁰ se manifesta. Assim, ao considerar os efeitos provocados pela pandemia que a humanidade atravessa, pode-se considerar que as pessoas não têm assistido com indiferença as dificuldades enfrentadas pelos mais necessitados.

As feridas abertas no seio social têm servido de estímulo para que as pessoas rompam a inércia e passem a olhar mais para o próximo. A noção da fragilidade e da efemeridade da vida acaba despertando as pessoas e tornando-as mais sensíveis às dores alheias, especialmente as dos que mais precisam.

Assim, o tema solidariedade nos momentos de crise pode ser explorado por você a partir de dois pontos principais: o primeiro é que são momentos em que esse sentimento se faz mais necessário e o segundo é que, mesmo que todos estejam passando por momentos difíceis, a sociedade não se mantém inerte face aos problemas alheios.

Caso queira utilizar um argumento de autoridade, você pode empregar as ideias de **Immanuel Kant**, o qual, por meio do seu "**Imperativo Categórico**", criou alguns mandamentos que deveriam servir como uma direção para as atitudes humanas. De acordo com o Imperativo Categórico, os indivíduos somente deveriam agir se suas atitudes forem benéficas se adotadas por todos. Um dos seus mandamentos é: " aja apenas de acordo com aquela máxima que você desejaria que se tornasse uma lei universal." Você deseja que a mentira se torne uma lei universal? Então, não minta. Assim, segundo Kant, uma conduta será correta se puder servir de exemplo para toda a humanidade.

Bem, já falei demais. Agora, mão à obra.

Proposta de solução

O homem é um ser gregário que se realiza no exercício da solidariedade, que é a capacidade de entender o sofrimento alheio e de tomar providências para minimizá-lo. Trata-se de sentimento que deve ser exercido coletivamente, essencialmente em crises, apesar do processo de forte individualismo dos tempos atuais [tese].

²⁰ A palavra altruísmo foi criada por Auguste Comte, filósofo francês, que, em 1830, a caracterizou como o grupo de disposições humanas, sejam elas individuais ou coletivas, que inclinam os seres humanos a se dedicarem aos outros. Portanto altruísmo não é sinônimo de solidariedade como muitos pensam, é um conceito muito mais amplo. É um conceito que se opõe ao egoísmo (inclinação específica e exclusivamente individual).

Na definição comtiana, o altruísmo enquanto virtude é a atitude de viver para os outros. Para que uma pessoa seja altruísta, precisa dominar os instintos egoístas, que existem naturalmente em todo o ser humano, fazendo emergir as inclinações benévolas, que também estão sempre presentes.

Fonte: <https://www.infoescola.com/psicologia/altruismo/>. Acesso em: 04/05/2020.



Em primeira análise, ressalte-se que a solidariedade deve ser exercida coletivamente, principalmente nos momentos de crise, pois é situação em que as pessoas se encontram em maior estado de vulnerabilidade. Nesse contexto, ela se torna ainda mais central e, pelos efeitos benéficos que provoca, pode ser adotada de forma coletiva, consoante concebida por Immanuel Kant, em seu Imperativo Categórico. Assim, a solidariedade deve servir como referência moral ou lei universal, o que permitirá que a sociedade alcance patamares de maior igualdade entre os indivíduos.

Outrossim, a humanidade passa por um processo de fortalecimento do individualismo, com a sobreposição dos valores individuais pelos coletivos, fenômeno que não passou despercebido pelo sociólogo Zygmunt Bauman. Em uma das suas obras, "Modernidade Líquida", observou-se a menção à fragilização e à instantaneidade das relações afetivas, formadas por laços momentâneos e volúveis, relegados a mercadorias descartáveis.

Potencializa esse fenômeno o advento da internet e das redes sociais, as quais enfraquecem a vida em comunidade e o contato entre indivíduos, bem como reduzem o grau de empatia humana, pela frieza em que se travam as relações interpessoais. O consumismo recrudescer essa situação, ligado ao ideal de felicidade em que é necessário ter para ser, isola os indivíduos e reduz os não consumidores a uma situação de invisibilidade.

Diante do exposto, reafirma-se a importância da solidariedade em momentos de crise, a qual deve suplantar o individualismo da sociedade contemporânea. Para que atitudes solidárias possam se proliferar, é necessária a divulgação das iniciativas existentes, o que demanda a participação dos meios de comunicação, agente central para o engajamento social em campanhas de auxílio aos mais necessitados.



PRÁTICA

Caro aluno, agora é com você! Treine bastante com os temas expostos, lembrando-se sempre de aplicar o conhecimento acumulado nas aulas anteriores, tanto sob o ponto de vista da estrutura quanto dos aspectos gramaticais.

Lembrem-se de nos encaminhar seu texto, se assim desejarem, por meio da área do aluno, de forma manuscrita digitalizada, conforme explicado na aula 00 do curso.

Para a sua redação, é importante especificar o número do texto escolhido no campo apropriado. Você pode nos encaminhar um arquivo único (em PDF) ou colar as imagens digitalizadas dentro de um documento em Word.

As questões discursivas serão devolvidas exclusivamente ao aluno, por meio da área destinada ao curso no site do Estratégia Concursos.

Desejamos um excelente trabalho a todos vocês!



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.